

A DEFESA DA ÁFRICA AUSTRAL NO ÂMBITO
DA POLÍTICA EXTERNA
DE MARCELLO CAETANO ¹



Vicente de Paiva Brandão ()*
Colaborador

RESUMO

O estudo da política externa do período, denominado de Estado Novo, é fundamental para se compreender a História portuguesa contemporânea, nomeadamente, no âmbito político-diplomático.

É uma época rica em acontecimentos internacionais, a que o governo português teve, na medida do possível, de dar uma resposta adequada. As situações complexas, as crises, as contrariedades, os sucessos e os desafios, mais ou menos esperados, caracterizaram, constantemente, a época em causa e conferiram-lhe uma importância decisiva para a explicação do momento político que se seguiu a 1974.

Do início da guerra civil de Espanha ao fim do conflito no ex-ultramar português, decorreram cerca de trinta e oito anos. Neste espaço de tempo repetiu-se um conflito à escala mundial, surgiram novos actores internacionais, diversificaram-se opções político-ideológicas, multiplicaram-se atritos de variada natureza (política, militar, económica, social, religiosa, cultural, étnica) e, sobretudo, alterou-se a sede do poder externo: o eurocentrismo tradicional cedeu ao domínio imposto pelos dois grandes vencedores da II Guerra, isto é, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em breve transformadas em super-potências.

Ora, foi de acordo com a conjuntura descrita, que se definiu a orientação diplomática nacional. Um por antecipação aos factos, outras reagindo aos mesmos. No entanto, sempre por eles condicionada.

Palavras-Chave: Guerra-fria, Estado Novo, África, Salazar e Caetano

(*) Colaborador e Doutorando no Instituto de Estudos Políticos/UCP, Bolseiro da FCT, e investigador do CINAMIL.

¹ O presente trabalho foi, originalmente, apresentado na conclusão do Curso de Auditor de Defesa Nacional, em Setembro de 2006. Esta versão foi revista e atualizada, tendo em conta a presente publicação.

1. MARCELLO E O CONHECIMENTO DO ULTRAMAR

O ultramar assumiu, desde cedo, uma importância significativa na vida política de Marcello Caetano (MC). Aliás, não será excessivo afirmar-se que a respectiva carreira será, toda ela, marcada pela questão ultramarina.

A primeira ida de Caetano aos territórios portugueses, em África, ocorreu em 1935. No decurso da aceitação do cargo de director pedagógico e cultural num cruzeiro de férias de estudantes às colónias, o futuro Presidente do Conselho conheceu Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Angola. Curiosamente, não visitou, desta vez, a província que inspirou o nome do navio que o transportou: Moçambique.

A viagem impressionou-o sobremaneira e, a propósito, escreveu numa carta dirigida a Salazar, no mesmo ano, o seguinte: "*Sobre o sangue e as ossadas dos missionários, dos soldados e dos colonos, constrói-se um império onde as cores de Portugal são amadas e aclamadas por milhões de indígenas*" (Vieira, s.d., p. 37).

E, ainda no mesmo ano, animado pelas mesmas convicções, registou na publicação "O Mundo Português" o seguinte trecho: "*A África é para nós uma justificação moral e uma "raison d'être"* como potência. Sem ela, seríamos uma pequena nação; com ela, somos um grande país" (Cann, 1998, p. 35).

O império não era uma descoberta recente em Caetano. Na realidade, ele já havia realizado o curso de Administração Colonial. E, no culminar destas experiências, ainda em 1935, é convidado por Armindo Monteiro² para vogal do Conselho do Império Colonial.

No entanto, serão precisos mais dez anos para se colocar à frente do apetecível Ministério das Colónias, depois de recusar o da Justiça.

Desde logo, Caetano colocou a sua energia e enorme capacidade de trabalho no exercício das novas funções. Para além de questões jurídicas e orgânicas, tratou, igualmente, da fixação de novos colonos através da criação do Fundo de Povoamento; e, iniciou estudos para o aproveitamento energético a partir dos rios Revué (Moçambique) e Cunene (Angola). A Linha Aérea Imperial - destinada a ligar Lisboa, Luanda e Lourenço Marques - é, também, inaugurada sob a sua tutela, em 1946.

² Armindo Monteiro era, na época, ministro das Colónias. Ainda em 1935, transitou para a pasta dos negócios estrangeiros. Um ano mais tarde, tornou-se o maior representante da diplomacia portuguesa em Londres.

Com o fim da II Guerra Mundial, Caetano, entendeu que a melhor forma de preservar o ultramar é investindo nos territórios - tanto ao nível das infra-estruturas, como em recursos humanos. No entanto, não pretendeu uma ida em massa para África; pelo contrário, apostou em mão-de-obra qualificada. Gente educada seria a melhor forma de evitar tensões raciais e de desenvolver as colónias³. Aliás, aquela preocupação levou-o a condenar o trabalho compulsivo - o humanista e o académico pairavam sempre na intervenção política de Caetano. Qualidades que nem sempre lhe foram favoráveis nem compreendidas na governação. Maquiavel tinha razão...

Vale a pena compreender os contornos desta questão. O debate da época residia na opção entre colonização livre ou dirigida. Nas palavras de Caetano (2000, p. 325), "(...) *uns entendiam que o importante era abrir as portas das colónias a quantos as quisessem demandar, fomentar a ida do maior número de portugueses que fosse possível para que eles por lá abrissem caminho e fizessem a sua vida. Enquanto outros entendiam que o Estado deveria preparar as zonas a colonizar, recrutar os colonos, transportá-los, financiar os seus primeiros passos, amparando-os até ao êxito*".

Ora, a preferência de M. C. (2000, p. 325) ia para o que designou de "*colonização livre regulada*". Nesta considerava que ao Estado caberia preparar as infra-estruturas dos territórios e fomentar a migração dos mais aptos, associando-a ao desenvolvimento pretendido.

O ministro das colónias mostrava um dos aspectos mais característicos do seu feito: o perfeccionismo do académico, a sublimação do ideal, a exactidão teórica da antecâmara intelectual mesmo que, na prática, não conduzisse a qualquer lugar. Contudo, a ambição política levou-o a trocar o Ministério das Colónias pela presidência da Comissão Executiva da União Nacional; permuta de que Caetano se iria lamentar mais tarde⁴.

Desde a campanha eleitoral de 1945, que Salazar se encontrava deprimido. E, este viu, no seu ministro, a possibilidade de reorganizar a União Nacional para as eleições de 1949; desta vez, para a Presidência da República.

³ A propósito desta questão, Caetano escreveria nas suas memórias de Salazar: "Não valia a pena empurrar para a África gente analfabeta e sem profissão definida, mera mão-de-obra para concorrer com os nativos e que na sua incultura se julgava, por ser branca, superior aos pretos - sem razão nenhuma". (Caetano, 2000, p. 325-326).

⁴ "Os dois anos contados quase dia a dia, durante os quais estive à testa da União Nacional, constituem um período difícil da minha vida pública, que preferia não recordar..." (Caetano, 2000, p.443).

A tarefa foi desempenhada com profissionalismo, mas sem entusiasmo, e terminou na sequência da reeleição de Carmona⁵ (Fevereiro), em Março de 1949. As duas décadas seguintes foram, sobretudo, dedicadas à Academia e afastadas de questões ultramarinas. Isto, apesar da passagem pela pasta da Presidência entre Julho de 1955 e Agosto de 1958; e, não esquecendo o percurso que o conduziu à direcção da Câmara Corporativa e ao Conselho de Estado. Apesar de naquele ano abandonar funções com um tom de despedida da vida pública⁶, o destino reservava-lhe o lugar, sempre intimamente desejado, de chefe de governo.

2. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

A II Guerra Mundial finalizou com a vitória dos aliados ocidentais e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Após a queda de Berlim e a morte de Hitler, em Abril de 1945, nada mais restava à Alemanha senão a alternativa da rendição. Esta ocorreu em Maio desse ano (Keylor, 2001, p. 217). A Itália já se encontrava do lado dos Aliados e esperava-se, em breve, a derrota do Japão. No sentido de apressar este desfecho, foram lançadas duas bombas atómicas sobre Hiroshima e Nagasaki, em Agosto do mesmo ano⁷. A aviação norte-americana não falhou o alvo e as bombas comportaram-se com uma eficácia terrível.

O símbolo da vitória reflectiu-se na ocupação quadripartida da Alemanha e da cidade de Berlim. A convivência com quatro sectores - soviético, norte-americano, britânico e francês - depressa entrou na rotina diária dos berlinenses.

O arranjo do novo concerto europeu já havia sido decidido em Yalta, numa reunião ocorrida entre 4 e 11 de Fevereiro de 1945 (Kissinger, 1995, p. 410). A vitória na batalha de Stalingrado e as subsequentes posições ocupadas pelo Exército Vermelho no Leste da Europa, ditariam o futuro político do continente.

⁵ António Óscar de Fragoso Carmona nasceu em 24 de Novembro de 1869 e faleceu em 18 de Abril de 1951. No âmbito militar alcançou o posto de marechal e a sua vida pública compreendeu, ainda, o cargo de Presidente da República. Esta função foi exercida, ininterruptamente, entre 1928 e 1951.

⁶ A 14 de Agosto de 1958, Caetano dirigiu a Salazar as seguintes palavras: "*Ao encerrar-se a minha vida política venho agradecer a V.ª Ex.ª tantos favores e atenções de que, ao longo de quase 30 anos, lhe sou devedor*" (Antunes, 1993, p.390).

⁷ As duas bombas atómicas foram lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, em 6 e 9 de Agosto de 1945, respectivamente (Keylor, 2001, p. 278).

O discurso de Churchill, abordando a questão, ilustrou bem a ideia de um mundo dividido. *"De Stettin, no Báltico, até Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o Continente. Por trás dessa linha ficam todas as capitais das antigas nações da Europa central e oriental. Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sófia, todas essas famosas cidades e as populações que as cercam acham-se no que devo denominar de esfera soviética, e todas estão sujeitas, de um modo ou de outro, não apenas à influência soviética, mas a um grau altíssimo e, em muitos casos, crescente de controlo por parte de Moscovo"* (Churchill, 1995, p. 1123).

Mas a rivalidade das superpotências não se esgrimia apenas na Europa. A competição era a nível mundial e, nesse sentido, os territórios coloniais encontravam-se sob vigilância atenta.

A perspectiva soviética era bem conhecida e hostil em relação aos impérios coloniais. O sistema capitalista necessitava das colónias para se manter e expandir à custa de uma mão-de-obra barata e quase escrava. Tratava-se, no essencial, da teoria marxista-leninista adaptada ao sistema colonial.

Mas os norte-americanos não eram muito mais brandos. Roosevelt, desde 1942, que se batia pelo enfraquecimento dos impérios francês e britânico⁸. Inclusivamente, não acreditava que a França pudesse integrar um clube restrito de poderosos no pós-guerra. Os "quatro polícias" seriam os Estados Unidos da América (EUA), a URSS, a Grã-Bretanha (GB) e a China. Em Yalta, chegou a criticar Churchill na presença de Stalin por querer projectar, artificialmente, o poder francês (Kissinger, 1995, p. 396).

Na verdade, as guerras do século XX não correram bem à França. Após a II Guerra Mundial, e referindo dois exemplos paradigmáticos, tanto a Indochina como a Argélia constituíram traumas militares e políticos que ainda perduram na sociedade francesa.

Mas a GB, também não escapou a dificuldades após 1945. O Executivo britânico compreendeu que não tinha capacidade para determinar o futuro político de países como a Grécia, a Turquia e o Irão. E, nesse sentido, solicitou o apoio, ou mesmo a substituição das suas responsabilidades pelo empenho norte-americano. Esta transição posicionou, decisivamente, os EUA como a potência dominante no Ocidente.

⁸ Roosevelt referiu-se ao assunto nos seguintes moldes: *"When we've won the war, I will work with all my might and main to see to it that the United States is not wheedled into the position of accepting any plan that will further France's imperialistic ambitions, or that will aid or abet the British Empire in its imperial ambitions."* (Kissinger, 1995, p. 397).

O arranjo acabou por não ser tão desfavorável à França, contrariando o que as declarações de Roosevelt faziam prever em 1942.

Assim, quando as Nações Unidas surgiram em 1945, os gauleses constavam do Conselho de Segurança, ao lado da URSS, EUA, GB e China. Este órgão reunia os cinco grandes vencedores da Guerra, e consagrava-lhes o direito de veto sobre o que se viesse a discutir.

A nova organização iria reflectir as mudanças desencadeadas pelo conflito e os desafios do pós-guerra. Um dos maiores seria o processo de descolonização. Apesar da vaga de independências que percorreu o século XIX, e que se caracterizou por uma forte incidência na América do Sul, existiam ainda vastos territórios dependentes em África e na Ásia.

As duas superpotências prosseguiram directivas políticas e ideológicas opostas ao nível do direito, democracia e organização económica. Contudo, apesar da existência de diferenças reconhecidas, ambas pugnavam pela independência dos territórios sujeitos a administração colonial. O controlo, posterior, de países ricos em importantes matérias-primas, não era de menosprezar.

Ora, tendo em conta a existência de um mundo fracturado, um conjunto de países resolveu assumir-se como não alinhado, isto é, não pertencente a qualquer bloco. De facto, a linguagem dos blocos não era apenas uma questão de retórica política. Em 1949, surgiu o Pacto do Atlântico Norte⁹ e o Conselho de Assistência Económica Mútua (COMECON). O primeiro surgiu em Janeiro e visava o apoio norte-americano a países da Europa Ocidental, em caso de conflito. Isto seria garantido pela presença de militares americanos em bases europeias, nomeadamente em território alemão. A segunda organização correspondia a uma iniciativa soviética para a ajuda económica entre Estados da Europa de Leste. Em 1955, foi criado o Tratado de Varsóvia que era, no essencial, a face militar do COMECON e a resposta soviética à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (Moreira, 1997, p. 516-517).

E, para além da criação de instituições, os confrontos iam acontecendo. Em 1948, o bloqueio soviético à cidade de Berlim suscitou uma enorme tensão entre as potências, e a parte ocidental da cidade foi salva por uma ponte aérea aliada, que a abasteceu ininterruptamente. Em 1950, começou a Guerra da

⁹ A partir de 1951, Organização do Tratado do Atlântico Norte. No essencial, a Aliança Atlântica traduz-se na presença militar norte-americana na Europa. A protecção da parte ocidental do velho continente está, assim, formalizada (Huntzinger, 1991, p. 199).

Coreia, que obrigou os norte-americanos a um novo envolvimento militar, e em que os adversários eram comunistas coreanos.

Face a esta bipolaridade, alguns países escolheram o não-alinhamento. Existem três estadistas que constituem referência obrigatória no tratamento deste tema: Nehru (Índia), Tito (Jugoslávia) e Nasser (Egipto). O primeiro considerava fundamental a não participação dos novos Estados na política de blocos, entre outras razões, como forma de reduzir tensões - o que explica afinidades entre alguns protagonistas desta orientação e o pacifismo. O segundo defendia uma organização económica, social e política, afastada da direcção dos dois grandes blocos. O terceiro abordava a questão em termos do conceito de "neutralismo positivo". Esta interpretação serviria para pressionar tanto o Ocidente como o Leste, no sentido de maximizar vantagens diplomáticas, económicas e financeiras. Note-se, contudo, que esta tendência não julgava da mesma forma o capitalismo e o socialismo. O ocidente capitalista era racista, colonialista e imperialista. Apesar, de pretender, igualmente, uma autonomia face à União Soviética, esta era entendida com maior benevolência pelo terceiro mundo (Huntzinger, 1991, p. 225).

Também, Mao Tse Tung, foi um importante teórico do que se convencionou chamar neutralismo ou abordagem terceiro mundista. A ideia era a de que o campo haveria de suplantar a cidade, sendo esta uma ilustração do Norte e, aquele, uma referência ao Sul. Era o "hardcore" do maóismo, aplicado ao conflito Norte-Sul; isto é, a vitória do mundo rural sobre o universo urbano, tal como havia acontecido na China (Moreira, 1997, p. 492).

A conferência de Bandung, em Abril de 1955, configurou a primeira grande reunião de Estados que se batem pela "*libertação dos povos colonizados*" (Huntzinger, 1991, p. 226). No entanto, foi na de Belgrado, em Setembro de 1961, que surgiu a Carta do não-alinhamento.

Curiosamente, Portugal, embora alinhado, representa um caso singular. A neutralidade colaborante, da II Guerra Mundial, deixou vestígios no pós-guerra. O país, apesar de membro fundador da Aliança Atlântica, prosseguiu um caminho ímpar e, tanto quanto possível, autónomo face às superpotências - mesmo no que respeita aos EUA.

Mas este percurso singular não estava isento de contrariedades. Portugal não era ainda membro da Organização das Nações Unidas (ONU), instituição fundada em 1945. Ora, numa lógica de manutenção do equilíbrio de forças entre as super-potências, estas negociaram novas adesões onde, do lado ocidental, se admitiu a candidatura dos dois países ibéricos.

Se o momento da adesão representou uma vitória diplomática para Portugal, os dissabores iniciaram-se, também, rapidamente. Em primeiro lugar, o governo português foi questionado sobre a possibilidade de possuir territórios que se encontrassem ao abrigo do art. 73.º da Carta da ONU (Moreira, 1957, p. 40-49). Seguidamente, acentuaram-se as pressões da União Indiana, de forma a obter o que era então conhecido pelo Estado Português da Índia.

As pretensões da União Indiana não eram novas, pois, já em 1949, o governo de Nova Deli tinha levantado o problema das dioceses católicas. A intenção era limitar a acção do clero à zona de Goa e, com isso, impedir que se abrangesse territórios de soberania indiana. Paralelamente, exigia-se a anexação de Goa, Damão e Diu. A questão havia suscitado um amplo consenso entre os deputados locais e, o próprio Nehru considerava que o assunto constituía o tema central das relações bilaterais a debater com as autoridades portuguesas (Nogueira, 2000b, p. 139-40).

Quanto ao problema levantado pelo artigo acima mencionado, o governo português respondeu que não possuía territórios nessas condições. No essencial, a argumentação nacional baseava-se nos seguintes aspectos: 1) Portugal tinha sido admitido como Estado soberano, o que implicava o respeito pela sua extensão territorial e estrutura política. Ora, esta compreendia a parte continental, os arquipélagos dos Açores, Madeira e Cabo Verde, as ilhas de S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, o Estado Português da Índia, Macau e Timor; 2) a estrutura referida contava mais de quatro séculos de existência e, nesse sentido, aludia-se a um documento de 1612 que confirmava essa mesma composição; 3) atendendo ao exposto, não fazia sentido o relacionamento entre as Nações Unidas e uma parte do Estado português, ou que a instituição promovesse a secessão de uma daquelas parcelas. Acrescia que a própria Carta reconhecia como princípios fundamentais o respeito pela integridade territorial, a independência, e a soberania de qualquer dos Estados membros.

Contudo, a União Indiana continuou a rejeitar a argumentação portuguesa. Por outro lado, o êxito diplomático obtido com a participação portuguesa na "*European Free Trade Association*" (EFTA)¹⁰, não trouxe apoios determinantes àquela causa, nem demoveu Nehru dos seus intentos.

¹⁰ Na versão portuguesa "Associação Europeia de Comércio Livre" (AECL).

3. O ENVOLVIMENTO NO ULTRAMAR

No mundo pós II Guerra Mundial, o grande facto político, no hemisfério ocidental, residiu na ascensão dos EUA a líder efectivo dessa parte do globo. E, embora contrariado ¹¹, o governo português colocou-se em sintonia com a nova tendência. A aproximação aos EUA veio a ser reconhecida pela inclusão na OTAN, como membro fundador, em 1949.

Apesar da preferência pela Grã-Bretanha, esta já não se encontrava em condições de liderança. A exaustão provocada pela guerra, o início da descolonização, e os acontecimentos na Turquia e Grécia, indicavam-no claramente ¹².

No entanto, esta mudança mantém, Portugal, fiel à ideia de estar associado à potência marítima dominante. E, neste caso, a Esquadra britânica havia sido substituída pela norte-americana.

Acresce que a influência do "*Novo Mundo*", já havia sido testada aquando do retorno de Timor-Leste à soberania nacional. Face às pretensões australianas de receber a rendição das tropas japonesas no território, e posterior ocupação deste, Washington, intervém, no sentido de ser restabelecida a soberania portuguesa ¹³. E, em conformidade, a Austrália desiste de qualquer iniciativa, possibilitando aos navios de abastecimento portugueses alcançarem, tranquilamente, Timor, em 27 de Setembro de 1945.

Desde a última fase da guerra, que se notava a aproximação lusa aos EUA, embora, por vezes, mascarada pelo discurso apologético da aliança luso-britânica. Os Açores vão assumir, a partir daí, um papel fundamental no relacionamento bilateral e que se mantém; uma lógica regressada e acentuada em 1961.

Este ano foi muito complicado para o governo português. No seu início, ocorreu a tomada do pacote Sta. Maria pelo comandante Henrique Galvão ¹⁴.

¹¹ Esta resistência é percebida na desconfiança com que são, finalmente, aceites verbas provenientes do Plano Marshall.

¹² Em 1947, a Grã-Bretanha pediu aos Estados Unidos para a substituir nos compromissos assumidos na Grécia e Turquia. Estava em causa a expansão comunista nestes países e Londres estava ainda a recuperar do esforço empenhado na II Guerra Mundial. Sobressaía, que a direcção do Ocidente devia pertencer ao grande vencedor da guerra, associado a esse hemisfério. O mundo deixava de ser, em definitivo, eurocêntrico (Keylor, 2001, p. 293-295).

¹³ Londres acompanha as diligências norte-americanas, favorecendo as pretensões portuguesas. (Nogueira, 2000a, p. 226-227).

¹⁴ O chamado plano "Dulcinea" estava dividido em duas partes: a primeira, visava a tomada do pacote Santa Maria, no sentido de alertar a opinião pública mundial para a ausência de liberdade política em Portugal; a segunda, antecipava um ataque à ilha espanhola de Fernando Pó, onde se esperava obter apoios suficientes para, daí, desencadear um raide militar sobre Luanda. O objectivo era o de sublevar uma parte do território português, aglutinando apoios crescentes para a respectiva causa (Galvão, 1973, p.152-154).

Este episódio teve graves repercussões internacionais, nomeadamente nos Estados Unidos da América, onde a administração Kennedy conduzia uma política hostil a Portugal. Em Fevereiro, iniciou-se o conflito angolano com o massacre de colonos nacionais e de colaboradores autóctones. O mês de Abril é marcado pela tentativa de golpe de Estado dirigida pelo General Botelho Moniz e que terá contado com o beneplácito dos norte-americanos. Finalmente, o mês de Dezembro é o escolhido pela União Indiana no ataque às possessões portuguesas de Goa, Damão e Diu, e aos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli (Pinto, 2001, p. 17-18). Em S. Bento, reage-se a estes acontecimentos, de acordo com a intensidade dos desafios e dos meios disponíveis para o efeito.

No primeiro caso, o desfecho teve lugar no Brasil, e o navio é devolvido às autoridades portuguesas. Mas, os objectivos da acção haviam sido parcialmente conseguidos, ao se sensibilizar a opinião pública internacional para a política definida por Lisboa.

Face aos problemas registados na cidade de Luanda, em Fevereiro e, no mês seguinte, no norte de Angola, o Presidente do Conselho, pauta a reacção portuguesa pela célebre expressão do "*Andar rapidamente e em força* [para Angola]" (Salazar, 1967a, p. 123). Aliás, acrescente-se que esta intenção originou a terceira grande mobilização portuguesa no decurso do século XX¹⁵.

A tentativa de derrubar Salazar não foi vitoriosa e este, na sequência do golpe, acumulou a pasta da Defesa com a chefia do governo. A concentração das duas funções havia sido, de certa forma, justificada pela guerra em África (Rosas, 1999, pp. 37-40).

Finalmente, quanto ao Estado Português da Índia, estava irremediavelmente perdido. Apesar do esforço de Salazar em incentivar a resistência, esta era do ponto de vista logístico e militar, inviável. O assunto foi debatido e prevaleceu a *teoria do plano inclinado*, isto é, não se podia fraquejar na Índia, sob pena de poderem existir consequências nefastas nas outras possessões portuguesas. Nomeadamente, em Angola, onde já decorriam combates. Em última análise, a acção militar só contaria enquanto sinal político (Nogueira, 2000a, p. 269). Ocorreram ainda dois outros episódios, mas que não tiveram a importância nem a dimensão internacional dos acima relatados. Em 10 de Novembro de 1961, um avião dos Transportes Aéreos Portugueses (TAP), é desviado desde

¹⁵ As duas anteriores registaram-se na I Guerra Mundial e no decurso da II G. M. Esta deveu-se à questão açoreana.

Casablanca e obrigado a sobrevoar Lisboa, e outras cidades portuguesas, com o objectivo de largar panfletos de contestação ao Estado Novo. O texto era assinado por Henrique Galvão (Jesus, 2006, p. 119).

No desfecho do ano, na noite de 31 de Dezembro, ocorreu a tentativa de sublevação do Quartel do Regimento de Infantaria N.º 3, situado em Beja. A ideia seria a de suscitar um movimento, que levasse outras unidades militares a aderirem a um levantamento contra o Regime. A iniciativa deparou-se com uma intensa resistência no interior da unidade, saldando-se num fracasso. No decurso da refrega, viria a falecer o subsecretário de Estado do Exército, o tenente-coronel Jaime Filipe da Fonseca, e seria ferido com gravidade o protagonista do assalto, o capitão Varela Gomes (Rosa, 2008, p. 932).

Ora, apesar das dificuldades colocadas a Portugal por estes acontecimentos, o rumo político manteve-se inalterado. E os Açores, também aqui, cumpriram o seu valor geoestratégico.

O interesse do arquipélago manifestou-se ou, pelo menos, pairou sempre nas conversações que reuniram ambos os lados do Atlântico.

Mesmo o silêncio sobre a matéria, valia por declaração política. Interrogado pelo semanário "US News and World Report", em 1962, sobre a possibilidade de prorrogação do acordo das Lajes, Salazar furtou-se a qualquer comentário (Salazar, 1967b, p. 127).

Na realidade, a importância do conjunto geoestratégico formado por Portugal continental, ilhas atlânticas e Ultramar, justificaram o "orgulhosamente sós", mas esvaziaram-no, em parte, de conteúdo.

Esta solidão internacional, tão difundida na época, era muito orientada para um público doméstico. O dramatismo da ideia resultava numa mobilização nacional, e tinha como abstracto a singularidade do ser e sentir em português. A equação era fácil de ser entendida: Se todos se opunham, a coesão tinha de ser grande. E se as posições se mantinham, tanto na arena política como no teatro de operações, isso significava que a orientação geral, os meios e a acção eram adequados.

A ideia também servia à oposição, substanciando a ideia de um país internacionalmente isolado e, por arrastamento, pobre, culturalmente atrasado e, sobretudo, politicamente silenciado.

Vale a pena, a propósito, acompanhar mais detalhadamente o desenrolar das relações luso-americanas na época, para se compreender o impacto desse diálogo no momento e, posteriormente, no consulado de Marcello Caetano.

Existiam no ano de 1961, indícios suficientes, de um progressivo isolamento de Portugal. No entanto, convém avaliar a exacta medida dessa solidão.

A administração Kennedy optou por uma política favorável à autodeterminação dos povos, e à independência de novos Estados. Isto colidia com a ideia de Portugal uno, dotado de territórios descontínuos do Minho a Timor.

Desde Fevereiro de 1961, que o governo norte-americano actuava nesse sentido. Neste mês decorreu um almoço, que reuniu o general Botelho Moniz e o representante máximo da Embaixada norte-americana em Lisboa, Charles Burke Elbrick (Rodrigues, 2002, p. 58).

Um documento da época atesta a importância deste encontro. Nesse testemunho, Elbrick, reproduziu a opinião de Moniz, quanto ao desajustamento da política de Salazar em relação ao país e ao ultramar. Neste sentido, a manutenção do "status quo" na África portuguesa seria impraticável e indesejável, e deviam ser tentadas reformas sociais (Rodrigues e Oliveira, 2001a, p. 169).

A nova orientação da política norte-americana é, também, dada a conhecer a Salazar. Assim, Elbrick, deixou junto daquele, um memorando que indicava a necessidade de Portugal respeitar o princípio da auto-determinação dos povos, e a convicção de Washington corresponder a essa política nas Nações Unidas (Rodrigues e Oliveira, 2001a, 172-173).

O documento em causa, datado de 7 de Março de 1961, fazia ainda referência ao relacionamento entre a Índia e a Grã-Bretanha, como exemplo duma situação bastante mais favorável do ponto de vista económico, face àquela que existia na época colonial.

O governante português não ficou sensibilizado pela iniciativa norte-americana, e manteve a política delineada para África.

A Grã-Bretanha, aliada privilegiada dos EUA, foi muito cautelosa no tratamento desta questão. De uma forma geral, a sua posição tendia a aconselhar Lisboa a procurar entender a argumentação proveniente de Washington sem, contudo, manifestar qualquer tipo de sinal hostil, em público, para com Portugal.

Quanto à França, esta guiava-se por uma atitude de distância em relação a Washington. Este ponto de vista é, claramente, assumido por Paris nas conversações tripartidas (EUA, GB e França), que ocorreram no início de Maio de 1961, em Londres (Rodrigues e Oliveira, 2001b, p. 153).

Aqui, a representação francesa colocou a hipótese de agravamento da situação política em Portugal e Angola, caso a pressão ocidental aumentasse significativamente. Assim, preferia não se opor a Lisboa, nas Nações Unidas.

Ora, as cautelas de Londres e Paris na gestão do "dossier" angolano, demonstravam bem a relatividade do isolamento internacional português.

Claro, que a perda, em Dezembro de 1961, dos territórios portugueses da Índia, também ajudou a alimentar uma atmosfera de solidão. Mas, seria muito difícil à Inglaterra, adoptar outra atitude para além da extrema preocupação. Afinal, a União Indiana era membro da "*Commonwealth*".

Importa, contudo, notar que o Reino Unido nunca votou contra Portugal na ONU, e a tendência aproximou-se, cada vez mais, de um abrandamento no embargo da venda de material militar (Rodrigues, 2002, p. 226).

A este nível, a França e a República Federal da Alemanha, revelaram-se aliados valiosos. Ambas, enquanto fornecedores de navios de guerra, camiões e equipamento aeronáutico. A principal contrapartida portuguesa residiu, em instalações na ilha das Flores e na base de Beja, respectivamente (Rodrigues, 2002, p. 229-235).

Em síntese, o "orgulhosamente sós" traduziu-se mais, na prática, em "orgulhosamente nós"¹⁶. Isto não deve confundir-se com desvalorização da contestação internacional a que Portugal esteve sujeito, mas deve-se, apenas, à procura duma medida mais próxima da realidade.

Se o bloco afro-asiático criticava em crescendo a política nacional, os países ocidentais caracterizavam a sua atitude pela prudência.

Os "*ventos da mudança*" atingiam agora a África portuguesa, após terem sido sentidos e reconhecidos no Império Britânico (Butler, 2002, p. 151). Mas os líderes do Ocidente queriam perceber a direcção do "vento", e isso tornava-os cautelosos. A definição de uma política para o continente exigia-o, e o ambiente de "guerra-fria" aconselhava-o.

E, Portugal via-se embrenhado nesta lógica da pior forma. Tocado pela guerra, apelou à mobilização e à coesão interna, sem esquecer os apoios externos.

¹⁶ A este propósito, é curioso notar que, em 23 de Agosto de 1963, decorreu uma cerimónia no Palácio de S. Bento, onde as Forças Armadas manifestaram o seu apoio à política ultramarina seguida pelo Governo. A comunicação foi proferida pelo Chefe de Estado-maior do Exército, General Câmara Pina, e intitulada "Todos Unidos Seremos Bastantes". Nela pode-se ler a seguinte passagem, bem ao estilo da época, e com um claro reparo à expressão de Macmillan, "winds of change": "*Os "ventos da história" sopraram na verdade sobre o continente negro, mas foi para levar lá, primeiro, as caravelas portuguesas... Não é pois de admitir a tese simplista e falaciosa de que a África é para os africanos. Quem são afinal os africanos?*", interrogava-se, então, o chefe do Exército português (Pina, 1964, p. 8). Uma cerimónia em tudo semelhante à referida ocorrerá 11 anos mais tarde, em 14 de Março de 1974.

E entre estes houve quem, sobretudo ao nível europeu, correspondesse, mais ou menos discretamente, à solicitação. O verdadeiro peso desta reacção encontrar-se-á, algures, entre a desconfiança norte-americana e a simpatia da República Federal da Alemanha.

4. AS RELAÇÕES EXTERNAS DE PORTUGAL (1968-1974)

Ora, quando Marcello Caetano sucedeu a Salazar, a orientação política estava muito condicionada.

O Ultramar, como Caetano prontamente assumiu, era o grande desafio. Em 1968, a guerra já ia longa. Mas o "orgulhosamente sós" continuava a reunir adeptos. E isso, na prática, significava continuar em África.

No entanto, sem comprometer o passado, Caetano optou por um estilo mais arejado: viajou, juntou-se à população, e aceitou discutir mais que o seu antecessor. A renovação manifestou-se, entre outros aspectos, na ida a África, em Abril de 1969¹⁷. Visitou a Guiné, Angola e Moçambique. O contacto com as populações e o conhecimento das infra-estruturas, civis e militares, impressionaram-no favoravelmente.

A visita em causa tornou-o ainda mais cauteloso, quanto ao problema africano. E o dilema subia de tom. Não se devia abandonar as populações á sua sorte, isto é, descolonizar; mas, a solução militar não era eterna.

Mesmo algumas figuras, cujo apoio ao regime era indubitável, colocavam sérias dúvidas na manutenção da política ultramarina tradicional. Santos Costa, em 1969, dirigia uma carta a Caetano onde se interrogava sobre o seguinte: *"Poderemos nós continuar, sem convencer ninguém, a acalantar a ilusória ideia de uma província de Moçambique e de uma província de Angola, iguais às da Beira ou do Alentejo? Quando teremos nós a coragem de romper com abstracções em que na realidade não acreditamos e que só nos inferiorizam no exterior?"* (Antunes, 1995, p. 44).

O impasse conduziu a mais cinco anos de guerra e aos acontecimentos do 25 de Abril de 1974.

Entretanto, convinha oferecer meios diplomáticos e militares para prosseguir a acção. Nesse sentido, reforçaram-se as relações com a União da África do

¹⁷ A título de curiosidade, recorde-se que Salazar nunca visitou as colónias.

Sul, Rodésia e Malawi. Essa intensificação traduziu-se, a nível militar, em diversos encontros que reuniu autoridades dos dois primeiros Estados e Portugal. Já em 1965, as relações entre Portugal e a Rodésia tinham sido testadas. A 11 de Novembro, Ian Smith, rebelou-se contra a Grã-Bretanha e declarou unilateralmente a independência - a UDI¹⁸. Esta decisão não foi muito surpreendente. Afinal, a Federação da África Central britânica havia-se começado a desmembrar com a independência do Malawi e da Zâmbia.

Embora a iniciativa não tenha representado um caso isolado, foi extremamente polémica; a nível internacional e, mesmo, no interior do reduto conservador rodesiano. Por exemplo, as divergências conduziram à substituição de Winston Field - crítico da UDI -, por Ian Smith, no cargo de Primeiro-Ministro; e o chefe dos serviços de informações, Ken Flower, desaconselhou, insistentemente, a ruptura com o Reino Unido (Flower, 1987, p. 24, 30).

No mês seguinte, o Conselho de Segurança da ONU aprovou sanções contra Salisbúria¹⁹, ao abrigo das quais, Londres impôs um embargo petrolífero. A pronta ajuda portuguesa é concretizada através da refinaria de Lourenço Marques. A Zâmbia, entretanto, ficara isolada e Salazar decidiu facilitar-lhe, igualmente, as comunicações. Portugal manteve-se fiel ao princípio de proporcionar aos países interiores, o livre acesso ao mar.

Em Janeiro de 1966, o problema intensificou-se com o bloqueio ao porto da Beira pela marinha inglesa. O espaço aéreo foi, igualmente, violado. Mais tarde, a chegada de um petroleiro à Beira - o *Ionna V* - com combustíveis destinados à Rodésia, marcou o auge da crise.

Na prática, as consequências não foram muito notadas. Com o tempo, os negócios sobrepuseram-se, e as companhias petrolíferas deixaram de respeitar as restrições em causa. Acresce, que o fornecimento de combustível nunca foi interrompido, na medida em que continuou a ser assegurado, clandestinamente, através de Moçambique e da África do Sul.

O interesse deste incidente serviu, sobretudo, para demonstrar a capacidade portuguesa em afirmar a tão proclamada autonomia política, face aos interesses

¹⁸ Na literatura de origem anglo-saxónica é frequente a utilização da sigla UDI, em obras que abordam o assunto em causa. Ela significa "Unilateral Declaration of Independence". Uma vez que se trata de uma referência que se universalizou, também foi utilizada neste texto.

¹⁹ A capital da Rodésia alterou a sua designação de Salisbúria para Harare, em 18 de Abril de 1982, no segundo aniversário da independência do país, já denominado, então, Zimbábue.

das grandes potências. E o apoio reunido, em torno dos Estados envolvidos, reforçou a convicção em prosseguir tal rumo.

Esta questão é, também, muito interessante porque esgotou, de certo modo, as polémicas entre Portugal e a GB, em África.

Quanto ao Malawi, o país estava muito dependente do escoamento dos produtos através dos portos moçambicanos. Assim, face às facilidades proporcionadas pelas autoridades portuguesas existia, como contrapartida, a permissão para a perseguição de tropas hostis naquele território. Acresce que com a crise da Rodésia, a colaboração entre os Estados da zona intensificou-se. A dependência económica entre estes territórios e a Zâmbia, fazia-se notar. A mais-valia representada pelas vias de comunicação e de acesso ao mar, moçambicanas, mostrava-se decisiva.

O Malawi constituía, igualmente, um elemento moderado na região, simpaticamente da política portuguesa. O excelente relacionamento entre Jorge Pereira Jardim e o Dr. Banda era bem a prova disso. O primeiro, ao abrigo da imagem exterior de empresário moçambicano, movimentava-se com eficácia, no âmbito da diplomacia e no sector militar. O segundo, na qualidade de Presidente do Malawi, era conivente com a política ultramarina portuguesa.

No que diz respeito à África do Sul, o ministro da defesa deste país, P. W. Botha, visitou Portugal, no início de Abril de 1967. Ele, Salazar, Franco Nogueira e Gomes de Araújo, debateram a segurança na África Austral.

Visita semelhante foi repetida em Março de 1969. Solidificava-se a articulação entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia. Estas reuniões e outras, que viriam a ocorrer já na década de 70, possibilitaram um apoio efectivo ao esforço de guerra português no Ultramar. Ele verificou-se ao nível de material bélico, assistência sanitária e participação em operações conjuntas.

O enquadramento formal, que substanciou aquela relação, foi consolidado ao abrigo do "Exercício ALCORA"²⁰. Embora figurando sob a designação de "exercício", tratou-se de um verdadeiro acordo, que reuniu aqueles três Estados no propósito de defender a África Austral.

O texto assinado, em 14 Outubro de 1970, determinava como objectivo *"investigar os processos e meios de conseguir um esforço coordenado tripartido entre Portugal, a República da África do Sul e a Rodésia, tendo em vista fazer face à ameaça mútua contra os seus territórios na África Austral"* (AHFA, 1973, p. 2).

²⁰ Daí, a distinção entre países e territórios ALCORA. Os primeiros correspondem, obviamente, aos signatários do acordo. Os segundos compreendem a África do Sul, a Rodésia, Angola e Moçambique.

Contudo, o governo português fazia questão em distinguir as afinidades externas, da natureza dos regimes. A preocupação residia no distanciamento pretendido, face às políticas segregacionistas seguidas nos dois Estados, emancipados da colonização britânica. Afinal, o argumento da originalidade da presença portuguesa em África baseava-se, em grande medida, na construção de sociedades multiraciais sem diferenças formais a esse nível.

Quando Caetano já chefiava o governo português - o que acontecia desde 27 de Setembro de 1968 -, Richard Nixon, assumiu posição idêntica nos EUA, em 5 de Novembro do mesmo ano. Kissinger, em breve, tornar-se-á o seu secretário de Estado. Pressente-se a mudança da política externa norte-americana, com o regresso dos republicanos à Casa Branca.

De facto, logo em Janeiro do ano seguinte, solicita-se a revisão do acordo sobre as Lajes. A preocupação norte-americana é compreensível, dada a precariedade da situação. Desde 1963, os EUA estavam sujeitos à possibilidade de evacuação da base, mediante um pré-aviso de seis meses.

Em Março, por ocasião do funeral de Eisenhower, confirmou-se a melhoria do relacionamento luso-americano. As conversações Caetano-Nixon foram descritas como extremamente amigáveis. Não é de estranhar, assim, que posteriormente, o presidente norte-americano dissesse a Franco Nogueira, que jamais faria a Portugal o mesmo que Kennedy (Antunes, 2000, p. 27).

De facto, as atenções da nova Administração estavam, sobretudo, concentradas no Vietname, Ásia de uma forma geral, e nas relações Leste-Oeste. O regime português era um mal menor. Sobretudo, era um aliado empenhado na contenção comunista. Para além de que, em África, era o regime branco mais alinhado com o Ocidente.

Assim, não é de estranhar que, no início de 1970, tenha sido levantado o embargo de equipamento militar a Portugal. É autorizado o fornecimento de material "não letal" ao país. A especificação em causa é, em grande medida, irrelevante, uma vez que, antes do embargo, o apoio se substanciava em componentes e veículos de transporte.

Finalmente, no ocaso de 1971, foi renovado o acordo das Lajes. A contrapartida financeira norte-americana situou-se em cerca de 436 milhões de dólares.

No que diz respeito à Europa, as prioridades incidiam em Espanha, Grã-Bretanha, França e Alemanha Federal.

A título de exemplo, refira-se a viagem de Caetano a Espanha, em 1970. Neste encontro dos vizinhos ibéricos, é reafirmado o "*Pacto de Amizade e Não-Agressão*".

A cooperação tecnológica, económica e cultural foi, igualmente, um aspecto central da reunião (Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1970, p. 74-75). Em Julho de 1973, ocorreu a mediatizada deslocação oficial a Londres. Sob um ambiente de forte contestação, despoletada pela alegada prática de atrocidades por parte de tropas portuguesas, em Moçambique (Wiryamu)²¹, a visita contou sempre com uma predisposição governamental favorável ao bom relacionamento entre os dois países²².

Mas à margem dos actos oficiais, a questão suscitava desconforto. Para além de manifestações de rua e artigos na imprensa desfavoráveis a Portugal, houve outros sinais de inquietação, embora bastante mais discretos. Ainda sob o efeito Wiryamu e a propósito da situação em Moçambique, o adido militar português, em Londres, Coronel Renato Marques Pinto, dirigiu as seguintes palavras ao Chefe do Estado-Maior do Exército, general Paiva Brandão: *"A imprensa amainou um pouco (...). O "Observer" enviou um jornalista (Martin) ao distrito de Tete (...). Publicou dois péssimos artigos, com relatos sobre a "presença" de rodesianos na zona"* (AGPB, 1973).

Face a uma opinião pública impressionada com aquelas notícias, foi organizada uma manifestação em frente do Palácio de S. Bento, aquando do regresso do Presidente do Conselho, de Inglaterra. Ela decorreu em ambiente de apoio à política ultramarina e às Forças Armadas Portuguesas.

Contudo, o chefe do governo, entendeu, ainda, dirigir-se aos portugueses acerca do assunto através da televisão, no programa "conversas em família". Assim, em 26 de Julho, afirmou que o executivo português *"nunca ordenou, consentiu ou aprovou qualquer acto de violência contra populações civis dos territórios onde se desenrola a luta de guerrilhas desencadeada pelos terroristas"*; e, em conformidade, concluiu que *"Portugal repudia energeticamente a acusação de admitir ou tolerar que populações sejam exterminadas, como, perante a complacência do mundo e da ONU, sucede em certos Estados governados por africanos"* (Nogueira, 2000a, p. 483).

²¹ Segundo o general Kaúlza de Arriaga (1987, p. 345-347), houve três inquéritos a propósito do caso Wiryamu e, por extensão, a um outro incidente registado em Chawola. O primeiro caso foi arquivado, definitivamente, na sequência da terceira averiguação. Contudo, no que concerne a Chawola, o Governador e Comandante Militar de Tete, foi destituído; na opinião daquele general, injustamente.

²² Apesar da não hostilidade de "Downing Street" face à posição portuguesa, Wiryamu tornou-se um embaraço para a diplomacia lusa e uma contrariedade que fragilizou o governo de Caetano (MacQueen, 1998, p. 71-72).

Convém compreender, mais detalhadamente, as razões da inquietação de Caetano. Se 1961, por razões atrás expostas, tinha sido um ano difícil para o governo português, 1973 não se apresentaria muito mais fácil.

Este ano havia começado (Janeiro) com a renúncia ao cargo de deputado por parte de Francisco Sá Carneiro²³. O futuro dirigente do Partido Popular Democrático (PPD) e Primeiro-Ministro tinha-se revelado um dos principais dinamizadores da chamada "Ala Liberal", da Assembleia Nacional.

Apesar de camuflado, este episódio constituiu um revês para o governo. A "Ala Liberal" era uma aposta de Caetano, para convencer o país da sua real intenção de introduzir reformas, e de travar a facção mais conservadora do regime, arreigada a Belém (Fernandes, 2005, p. 21). Simultaneamente, servia para tentar transmitir a ideia de abrangência e representatividade política.

Entre o final de Fevereiro e o princípio de Março, Spínola informou Marcelo da impossibilidade de uma vitória militar na Guiné. Os principais argumentos deste importante debate são bem ilustrados pela seguinte passagem: *"Afirmou-me Vossa Excelência que (...) qualquer solução política corresponderia a apressar a nossa saída de África, de onde é legítimo concluir-se que apenas nos resta impor a hegemonia pela força das armas; ouvi também a Vossa Excelência a opinião de que mais facilmente aceitaria uma derrota militar na Guiné do que uma solução política que implicasse quaisquer concessões; (...) Uma tal hipótese, a meu ver, só nos oferece como alternativa o prolongamento da actual situação de desgaste até que a Nação se esgote ou, a exemplo da Índia, sobrevenha uma derrota militar, pois não vejo, no quadro da análise ponderada da situação militar, que outras alternativas se nos ofereçam na hipótese de rejeição das soluções políticas"* (Caetano, s.d., p. 109-110).

Na resposta, Marcelo mantém a orientação política e rebate os argumentos de Spínola nos seguintes termos: *"(...) Recordo, aliás, ter vincado bem que para o Governo Central a Guiné não podia ser tratada como um caso isolado: fazendo parte de um todo que está posto em jogo - o Ultramar português - tinha de ser considerado no âmbito de uma estratégia global. (...) Se vamos desembocar, ou não, num Estado federal, o futuro o dirá. O federalismo julguei eu, em 1961, que seria uma solução aceitável pela opinião internacional. Hoje*

²³ Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro, nasceu no Porto a 19 de Julho de 1934 e faleceu em Camarate a 4 de Dezembro de 1980. Este político e estadista foi deputado, pelo círculo da Guarda, na X Legislatura do Estado Novo (1969-1973) (Cruz e Pinto, 2004, p. 344).

sei que o não é. E a experiência francesa, e mesmo a britânica, mostram, de facto, ter sido apenas um estádio para a independência" (Caetano, s.d., p. 120, 122).

O rastilho para a ocorrência do 25 de Abril estava aceso.

Outro acontecimento com repercussões para o regime centrou-se, novamente, em Julho. No dia 13 era publicado um decreto-lei (353/73), que permitia a passagem dos oficiais milicianos aos quadros permanentes das armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia. Isto seria facultado pela frequência de um curso intensivo de dois semestres, na Academia Militar.

O executivo julgava ter encontrado a solução para a diminuição de oficiais juniores nas fileiras e, por consequência, em África. Mas a medida não teve o impacto desejado. Mais, suscitou um enorme descontentamento junto de quem, por dever e brio profissional, se encontrava mais disponível para combater no Ultramar - o contingente do quadro permanente. Estes militares tinham conquistado a categoria de oficiais, ao fim de cinco laboriosos anos na Academia.

Finalmente, em 24 de Setembro, ocorreu a declaração de independência unilateral da Guiné-Bissau. Esta foi reconhecida por cerca de 80 países. Embora, esta proclamação não tenha tido consequências militares directas no terreno, constituiu um importante marco político no enfraquecimento da posição portuguesa.

O ano de 1973 não terminaria, contudo, sem ocorrer um novo problema de dimensão internacional, com repercussões importantes em Portugal. No início de Outubro, a Síria e o Egipto atacaram Israel, no Sinai e nos Montes Golan. O pequeno país do Médio Oriente, acabou por ser salvo através de uma ponte aérea norte-americana, tendo a base açoriana das Lajes desempenhado um papel fulcral.

Portugal cedeu facilidades naquele arquipélago, embora o tivesse feito após forte pressão dos EUA. O executivo luso temia sanções árabes no domínio petrolífero. Ficaram bem expostas as vulnerabilidades de Lisboa, quando confrontada com a vontade da superpotência do ocidente.

Entretanto, Spínola, já tinha regressado a Lisboa, em Agosto, e sido substituído no comando da Província pelo General Bettencourt Rodrigues. A mudança em causa deveu-se à descrença daquele militar numa vitória na Guiné, e a um relatório que contrariava esse cenário pessimista. Costa Gomes, após o estudo da situação no local, informou Caetano da possibilidade de defender o território, caso fosse alterado o dispositivo militar (Cruzeiro, 1998, p. 158).

Mas existiam, ainda, outras opiniões bastante escutadas. Encontravam-se nesse caso Silva Cunha, Bettencourt Rodrigues e Silvino Silvério Marques²⁴. Estes, em síntese, pensavam que a "subversão" podia ser vencida. E davam como exemplo os acontecimentos ocorridos na Grécia, Malásia e Quênia (Antunes, 1995, p. 340; Marques, 1978, p. 56-57)²⁵.

Estes casos haviam sido amplamente estudados pela elite militar portuguesa²⁶. Consequentemente, surgiu o manual "O Exército na Guerra Subversiva", em 1963. A análise em causa demonstrava que a Grã-Bretanha, entre 1945 e 1960, tinha-se envolvido numa série de campanhas militares, em que tinha saído vencedora, excepto no caso da Palestina.

Os ensinamentos recolhidos afastavam-se da doutrina da guerra convencional. No essencial, podem-se resumir nos seguintes pontos: "1. *As desordens eram suprimidas com um mínimo de força*; 2. *As contra-insurreições bem sucedidas tinham dependido, de uma estreita cooperação entre todos os ramos do governo civil e das forças armadas, e tal coordenação fora da responsabilidade de uma só entidade*; 3) *As contra-insurreições bem sucedidas dependeram de boas informações, e a sua recolha e verificação foi coordenada por uma só autoridade*; 4) *As contra-insurreições bem sucedidas requeriam a adopção de pequenas unidades tácticas, altamente descentralizadas, de modo a derrotar as tropas irregulares*" (Cann, 1998, p.71-72).

Estas lições foram prontamente incorporadas na doutrina militar portuguesa. A prova encontra-se na seguinte passagem, elaborada a partir do que consta na obra "O Exército na Guerra Subversiva": "*Convém ainda recordar que, em virtude do carácter total e indirecto da estratégia da subversão, a contra-subversão deve usar da mesma diversidade de meios. Assim, não deverá*

²⁴ Joaquim da Silva Cunha foi Ministro do Ultramar (1965-73) e Ministro da Defesa (1973-74); O General Bettencourt Rodrigues foi o último governador e Comandante-Chefe das Forças Armadas portuguesas na Guiné, entre 1973 e 1974; O General Silvino Silvério Marques foi governador de Cabo Verde, de 1958 a 1962, e governador-geral de Angola, entre 1962 e 1966.

²⁵ No mesmo sentido, pode ler-se o seguinte: "*Porque a subversão conseguiu, na verdade, já no século XX, alguns êxitos, dada, fundamentalmente, a forma inadequada como foi combatida, criou-se a convicção de que as guerras subversivas são guerras perdidas pela contra-subversão e, ainda, o convencimento de que esta tarefa é exclusiva das forças armadas. Tal convicção é errada, como mostram os exemplos da Malásia, Quênia e Índia Portuguesa, entre outros, que a contradizem*". (Estado-Maior do Exército, 1990, p. 91-92).

²⁶ Neste caso estão Pedro Cardoso e Renato Marques Pinto. Estes oficiais frequentaram o curso de informações em Maresfield Park Camp (Reino Unido) no biénio 1958-59 (Cann, 1998, p.72). No mesmo sentido cfr. (Cardoso, 1980, p. 106).

actuar só, ou, predominantemente, com forças militares mas, essencialmente, com meios políticos, sociais, económicos, psicológicos e diplomáticos; e, por outro lado, não empregar as forças militares só em acções armadas, mas aproveitar a sua dispersão pelo território e as suas variadas potencialidades para uma estreita cooperação com as autoridades civis e com as polícias na conquista da adesão da população, e com os serviços essenciais na garantia do seu funcionamento" (Estado-Maior do Exército, 1990, p. 140).

E, a seguir acrescenta-se: *"As forças militares são um dos meios ao dispor da contra-subversão, e a sua actuação visa contribuir para fazer abortar ou vencer a insurreição subversiva ou, pelo menos, garantir condições de segurança e de tempo para que o conflito seja resolvido pela política, numa posição de força" (Estado-Maior do Exército, 1990, p. 140).*

Ora, é nesta encruzilhada que o problema se colocou aos dirigentes políticos e militares portugueses, em 1974. Quando Marcello pedia a continuação do esforço não era, necessariamente, por acreditar na vitória da guerra em África; era, somente, por considerar que os militares lhe deviam possibilitar as melhores condições possíveis no terreno, para a resolução política do problema. E as fontes investigadas, e já citadas, provam-no abundantemente.

Quanto à França e à Alemanha, apoiavam, discretamente, a política seguida por Portugal. A cooperação técnico-militar pontuava no relacionamento em causa. Embora, na fase final do Regime, se tenha registado um abrandamento, devido a ajustamentos nas linhas de força das opções externas daqueles países. Apesar de África ter constituído a questão central do consulado de Caetano, a Europa não foi esquecida, nomeadamente, no que diz respeito aos blocos económicos que estavam em fase de consolidação.

Desde a década de 60, que Portugal fazia parte da Associação Europeia de Comércio Livre (AECL²⁷). Nesta época, devendo o país não se alhear dos movimentos económicos que progrediam no continente europeu, o executivo considerou mais benéfica a inclusão na AECL, em detrimento da Comunidade Europeia²⁸.

²⁷ Na língua inglesa a designação é European Free Trade Association (EFTA). Os sete países que em 1960 faziam parte da organização eram os seguintes: Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia, Reino Unido, Suíça e Portugal.

²⁸ Em 1951, foi assinado o tratado instituidor da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Em 1957, é aprofundada a componente económica com a criação da Comunidade Económica Europeia (CEE). Os países fundadores são a França, Alemanha, Bélgica, Itália, Holanda e Luxemburgo. É, igualmente, em 1957 que surge a Comunidade Europeia de Energia Atómica (CEEA) (Scotti, 1997, pp. 25, 47).

No essencial, os argumentos situavam-se, sobretudo, no âmbito dos países membros e nos objectivos de ambas as organizações. Aqueles concorreriam menos com os produtos oriundos de Portugal, uma vez que se tratavam de Estados do Norte da Europa. Por outro lado, a constituição de um Mercado Comum seria muito mais exigente no plano económico e financeiro para o país, do que a participação numa simples zona de comércio livre. Os mais conservadores consideravam, ainda, que a Comunidade poderia acarretar a perda de influência em África (Nogueira, 2000a, p. 400).

Neste debate, é preciso não esquecer a questão do regime. O Estado Novo, ao se afastar da democracia, não se encontrava em condições políticas de ingressar em tal organização. Assim, apenas em 1972, foi assinado um acordo comercial com a Comunidade Europeia. Este vínculo serviria para enquadrar, mais tarde, as negociações que conduziriam Portugal à adesão à Comunidade.

Uma última referência, dirigida às relações com o Vaticano. Caetano, na procura de melhorar as relações com a Igreja, autorizou o regresso do bispo de Porto a Portugal, em Julho de 1969. D. António Ferreira Gomes encontrava-se exilado há dez anos, devido a uma carta dirigida a Salazar, onde criticava a orientação política. Mas, no ano seguinte, o Papa Paulo VI recebia os líderes dos movimentos de libertação que se opunham à presença portuguesa em África: Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos.

De facto, a contestação em certos meios católicos face à guerra no Ultramar, continuou. Em 1971, o Cardeal Cerejeira foi substituído por D. António Ribeiro. Este, embora discreto, estava em sintonia com a abertura manifestada pelo Vaticano.

5. CONCLUSÕES

Na nossa opinião, Marcello Caetano procurou, genuinamente, afastar-se de algumas directrizes do passado. Embora, mantendo o essencial na acção político-diplomática, Caetano prosseguiu, pelo menos em dois casos, caminhos diferentes do seu antecessor. No relacionamento com os EUA, baseou as contrapartidas pela concessão de facilidades nos Açores, em compensações financeiras. Salazar preferia que estas não dominassem, para reforçar a ideia de uma desvinculação, a qualquer momento, de compromissos com os americanos.

E, no caso do Vaticano, optou por uma abordagem moderada e de contemporalização. Isto, apesar da irritação sentida, a propósito da audiência do Papa aos líderes dos movimentos de libertação.

É preciso não esquecer, que Marcello Caetano herdou pontos de atrito com a Santa Sé e com alguns sectores da Igreja lusa. A dificuldade na nomeação de certos bispos, o caso já citado do bispo do Porto, e a polémica em torno da sucessão do Cardeal Cerejeira, são o exemplo de aspectos controversos que agitavam, desde o final do governo de Salazar, as relações com o Vaticano. Apesar de uma tentativa genuína de melhorar o relacionamento em causa, e à semelhança de outras situações, a "primavera marcelista" não foi suficiente para assegurar, em definitivo, um desfecho razoavelmente consensual entre as várias partes.

Caetano lutou sempre contra o tempo. Foi o elemento que mais desejou e do qual menos dispôs. E, isso, também se reflectiu nas relações externas. Se o isolamento português era apenas, parcialmente, verdadeiro; também, se registava um forte antagonismo, por parte de muitos países, em relação a Lisboa. E, esse ambiente adverso, era, frequentemente, experimentado nas Nações Unidas.

Em síntese, o consulado marcelista foi orientado por dois princípios essenciais em termos de acção governativa: "*a renovação na continuidade*" (Valente, 1990, p. 164-168), de âmbito geral; e a "*autonomia progressiva e participada*" (Valente, 1990, p. 174-176) de vocação ultramarina.

O primeiro conceito estava em sintonia com a época que foi designada por "Primavera Marcelista", e ficou associado a algumas tentativas de reformas e liberalização do regime. Foram os casos, entre outros, da Segurança Social, habitação, da criação de uma ala de independentes na Assembleia Nacional, e da concessão de espaço político para a formação de organizações de intervenção cívica.

No capítulo ultramarino, procedeu-se a inovações nas áreas financeira, jurídica, administrativa e de formação de quadros locais. Estas alterações obtiveram eco constitucional, com a elevação de Angola e Moçambique à categoria de Estados.

Contudo, na primeira situação, não se abordava o tema da democracia e da instituição de partidos políticos. Quanto ao Ultramar, não se referia com clareza o percurso e o eventual desfecho da "autonomia progressiva e participada": Existiria a possibilidade de consulta às populações desses territórios, tendo em vista um futuro processo eleitoral? Em caso afirmativo, qual seria a calendarização de tal processo? E, independentemente dos resultados eleitorais, qual seria a proposta governamental num patamar mais avançado de negociações (federação, confederação de Estados, comunidade, unidades políticas independentes)?

A falta de solução atempada para estes dilemas está na origem do 25 de Abril. Curiosamente, não é a pressão externa que vence; é a nível interno que se dá a erosão. As principais chancelarias europeias não acreditavam numa mudança rápida em Portugal, e a situação militar nos diversos teatros de operações não era adversa, com a excepção da Guiné. No entanto, os ventos da História sopravam fortes noutra direcção.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, José Freire (1993). *Salazar e Caetano: Cartas Secretas 1932-1968*, Círculo de Leitores, Portugal.
- ANTUNES, José Freire (1995). *A Guerra de África (1961-1974)*, Vol. I, Círculo de Leitores, Portugal.
- ANTUNES, José Freire (2000). *Portugal na Guerra do petróleo. Os Açores e as vitórias de Israel 1973*, edelina, Portugal.
- ARRIAGA, Kaúlza de (1987). *Guerra e Política. Em Nome da Verdade: Os Anos Decisivos*, Edições Referendo, Portugal.
- BUTLER, L. J. (2002). *Britain and Empire. Adjusting to a Post-Imperial World*, I. B. Tauris, London.
- CAETANO, Marcello (2000). *Minhas Memórias de Salazar*, Editorial Verbo, Portugal.
- CAETANO, Marcello (s. d.). *O 25 de Abril e o Ultramar*, Verbo, Portugal.
- CANN, John P. (1998). *Contra-Insurreição em África: O Modo Português de Fazer a Guerra, 1961-1974*, Edições Atena, S. Pedro do Estoril.
- CARDOSO, Pedro (1980). *As Informações em Portugal*, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa.
- CHURCHILL, Winston S. (1995). *Memórias da Segunda Guerra Mundial*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- CRUZ, Manuel Braga da e PINTO, António Costa, (dir.), (2004). *Dicionário Biográfico Parlamentar (1935-1974)*, Vol. I, Instituto de Ciências Sociais e Assembleia da República, Lisboa.
- CRUZEIRO, Maria Manuela (1998). *Costa Gomes. O Último Marechal*, Editorial Notícias, Lisboa.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (1990). *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*, EME, Lisboa.
- FERNANDES, Tiago (2005). *Nem Ditadura Nem Revolução. A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)*, Assembleia da República e Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- FLOWER, Ken (1987). *Serving Secretly: an intelligence chief on record: Rhodesia into Zimbabwe, 1964 to 1981*, John Murray, London.

- GALVÃO, Henrique (1973). *O Assalto Ao "Santa Maria"*, Edições Delfos, Lisboa.
- HUNTZINGER, Jacques (1991). *Introdução às Relações Internacionais*, PE Edições, Portugal.
- JESUS, José Duarte de (2006). *Casablanca: O Início do Isolamento Português. Memórias Diplomáticas: Marrocos 1961-1963*, Gradiva, Lisboa.
- KEYLOR, William R. (2001). *História do Século XX*, Publicações Europa-América, Mem Martins, Portugal.
- KISSINGER, Henry (1995). *Diplomacy*, Simon & Schuster, London.
- MACQUEEN, Norrie (1998). *A Descolonização da África Portuguesa*, Editorial Inquérito, Mem Martins, Portugal.
- MARQUES, Silvino Silvério (1978). *Portugal e Agora?*, Edições do Templo, Lisboa.
- MOREIRA, Adriano (1957). *Portugal e o Artigo 73 da Carta das Nações Unidas*, Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.
- MOREIRA, Adriano (1997). *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina, Coimbra.
- NOGUEIRA, Franco (2000a). *O Estado Novo*, Civilização Editora, Porto.
- NOGUEIRA, Franco (2000b). *Salazar: O Ataque (1945-1958)*, Vol. IV, Civilização Editora, Porto.
- PINA, Luís da Câmara (1964). *Todos Unidos Seremos Bastantes*, SPEME, Lisboa.
- PINTO, António Costa (2001). *O Fim do Império Português*, Livros do Horizonte, Lisboa.
- RODRIGUES, Luís Nuno e OLIVEIRA, Pedro Aires (org.), (2001a). "Documentos Diplomáticos", in Vários, *Política Internacional*, n.º 23, Primavera/Verão, pp. 163-216.
- RODRIGUES, Luís Nuno e OLIVEIRA, Pedro Aires (org.), (2001b). "Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha perante a crise do Estado Novo em 1961", in Vários, *Política Internacional*, n.º 23, Primavera/Verão, pp. 145-162.
- RODRIGUES, Luís Nuno (2002). *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, Editorial Notícias, Lisboa.
- ROSA, Frederico Delgado (2008). Humberto Delgado: *Biografia do General Sem Medo*, A Esfera dos Livros, Lisboa.

- ROSAS, Fernando (1999). "O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição no Estado Novo", in J. M. Brandão de Brito (coord.), *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Editorial Notícias, Lisboa, pp. 15-59.
- SALAZAR, Oliveira (1967a). *Discursos e Notas Políticas*, VI (1959-1966), Coimbra Editora, Portugal.
- SALAZAR, Oliveira (1967b). *Entrevistas (1960-1966)*, Coimbra Editora, Portugal.
- SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO (1970). *A visita de Marcello Caetano a Espanha*, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, Lisboa.
- SCOTTO, Marcel (1997). *Les Institutions Européennes*, Le Monde-Editions, France.
- VALENTE, Vasco Pulido (1990). "Marcello Caetano: As desventuras da razão", in Vários, *Revista K*, n.º 2, Novembro, pp. 40-45, 162-184.
- VIEIRA, Joaquim (dir.), (s. d.). *Marcello Caetano*, Círculo de Leitores, Portugal.

Arquivos

- AHFA, (1973). Arquivo Histórico da Força Aérea, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, Caixa 3, Organização Permanente de Planeamento ALCORA (PAPO), *Finalidade, Organização e Funções*, Polic, 30 de Novembro.
- AGPB, (1973). Arquivo General Paiva Brandão, *Carta do Coronel Renato Marques Pinto dirigida ao General Paiva Brandão*, datada de 19 de Setembro.